

UMA VISÃO SOBRE O COOPERATIVISMO: AS POSSIBILIDADES SOB AS PERSPECTIVAS DOS PEQUENOS AGRICULTORES

SANTOS, Geise Caroline dos.¹
ISLA, Thais Teixeira Groehn.²
PASINI, Andreia Helena.³

RESUMO

Como complemento do Agronegócio encontra-se a agricultura familiar que é de extrema importância e hoje é responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos no Brasil. A agricultura familiar é quando todo o trabalho na produção é feito por familiares, na maioria das vezes não utiliza agrotóxicos na plantação dos alimentos, faz pouco uso de maquinários, o que faz com que tenham mais trabalhadores no campo, ou seja, acaba gerando empregos, ajudando assim na contenção do êxodo rural. Como forma de ampliar a comercialização dos produtos provindos da agricultura familiar é criado o cooperativismo que é um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção, reduzindo preços, criando oportunidades aos cooperados, e traz benefícios a sociedade. O presente estudo teve como objetivo analisar as possibilidades do cooperativismo na visão do pequeno produtor em uma cidade da Mesorregião do Oeste do Paraná. A metodologia desse trabalho foi feita por pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo através de entrevistas, tendo como abordagem o método qualitativo. Como resultado do trabalho pode-se dizer que os pequenos agricultores veem positivamente a participação em uma cooperativa, pois a mesma traz muito benefícios aos cooperados e também foi apresentada uma alternativa que seria os próprios agricultores unirem esforços e formarem uma cooperativa.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Cooperativa, Agricultores, Possibilidades.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem a produção realizada por pequenos produtores, em áreas pequenas, onde os funcionários são os próprios membros da família. A agricultura familiar no Brasil é responsável por 70% dos alimentos consumidos em todo o país (IBGE, 2006).

Dessa forma, verifica-se sua importância na produção de alimentos. A agricultura familiar emprega quase 75% da mão de obra do campo e tem grande responsabilidade pela segurança alimentar dos brasileiros, pois ela produz 70% do feijão, 87% da mandioca, e 58% do leite que são consumidos no país (IBGE, 2006). Na região Sul do país, os dados apresentados são ainda maiores,

¹ Acadêmica de Administração do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: geisecaroline17@outlook.com

² Acadêmica de Administração do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: thaisgroehn@hotmail.com

³ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. MBA em gestão empresarial. Especialista em Gestão e Docência na Educação a Distância. Professora do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, e da Faculdade Dom Bosco. E-mail: andreiahpasini@fag.edu.br



pois ela representa quase 91% de todos os estabelecimentos da região, e ocupa quase 44% da área produtiva (INCRA/FAO, 2000).

Apesar da sua importância, sua sobrevivência é um constante desafio, pois é na agricultura familiar que se encontra parte dos brasileiros em situação de risco. E ainda, ela apresenta dificuldades para ser competitiva, pois há pouca adoção de novas tecnologias, falta de capital, falta de conhecimento, o que reflete em uma produtividade inferior a média (RAUPP, 2012).

Neste sentido, o cooperativismo é considerado uma alternativa para os pequenos agricultores. O cooperativismo é um sistema econômico que auxilia os produtores na produção, na redução de preços de insumos, e cria oportunidades aos cooperados. Diante do exposto, o questionamento da pesquisa foi o seguinte: Qual a visão dos pequenos produtores, que não possuem cooperativas próximas, sobre a importância delas? O estudo tem como objetivo geral analisar a visão dos agricultores familiares sobre a importância de uma cooperativa.

A pesquisa tem como justificativa toda a facilitação que pode ser obtida através do cooperativismo e que geralmente são as dificuldades encontradas por agricultores, alguns exemplos seria o crédito, ter assistência técnica, habitação rural, ou seja, todo o acesso às políticas públicas.

Outro motivo seria demonstrar qual é o papel das cooperativas no desenvolvimento da agricultura familiar na Mesorregião do Oeste do Paraná. Evidenciando as alterações que podem ocorrer na renda familiar dos agricultores envolvidos.

E por fim a necessidade das cooperativas em obter cooperados, sendo o principal objetivo desse segmento.

Este artigo é composto por cinco capítulos. O capítulo seguinte apresenta a fundamentação teórica que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa. O capítulo 3 apresenta a metodologia de estudo utilizada; O capítulo seguinte apresenta a análise de dados e as discussões. E finalmente o capítulo 5 apresenta as considerações finais, seguidas das referências utilizadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Wanderley (2009, p.2), a agricultura familiar é a agricultura praticada pela família que ao mesmo tempo é dona dos meios de produção e também trabalha no local produtivo. A

agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, sendo muito importante para o desenvolvimento local, evita e/ou diminui o êxodo rural e tem como destino final a comercialização da grande maioria de sua produção para o mercado local e regional. As pequenas e médias propriedades são os espaços onde se produzem boa parte dos alimentos que são consumidos no dia a dia, que são necessários à sobrevivência e à Segurança Alimentar e Nutricional.

O meio da agricultura é extremamente abstruso, pelos fatores da grande diversidade de ambiente, meio físico, variáveis econômicas, ou pela vasta existência de agricultores e atividades produtivas, onde cada atividade, bem como cada agricultor, aplica uma estratégia para o sucesso na lavoura e aumento na produção, respondendo de forma irregular aos desafios apresentados (ARAÚJO, 2010).

Dentro desse cenário, a agricultura familiar destaca-se como uma forma de vida de milhares de homens e mulheres que resiste ao longo do tempo, ao processo excludente das políticas governamentais, e que buscam, dentro do mundo capitalista, manter seu espaço em um ambiente cada vez mais competitivo, concorrendo em nível desigual com os empreendimentos que atuam na lógica do agronegócio (OLIVEIRA 1995).

O termo agricultura familiar, reflete uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social. Desta forma, adotar a expressão de agricultor familiar e não de camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem a dominação” (OLIVEIRA, 1995, p. 59).

Agricultura Familiar corresponde a uma forma de organização social, ambiental, cultural e econômica, onde atividades agropecuárias e não agropecuárias de base familiar são trabalhadas. Tais atividades são desenvolvidas em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, com gerenciamento e mão de obra de uma família, apresentando papel de grande importância para o desenvolvimento do país (ARAÚJO, 2010).

Segundo Araújo (2010), a importância da agricultura familiar é demonstrada pelos seguintes motivos:

- Garante a segurança alimentar;
- Preservação de alimentos tradicionais nas mesas das famílias de todo o país;
- Contribuição para alimentação balanceada em todo o território nacional;
- Uso sustentável de recursos naturais;



- Proteção da agrobiodiversidade;
- Responsável por grande parte dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras;
- Emprega mão de obra em escala maior que a Agricultura não Familiar.

Segundo Brasil (2006), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural o indivíduo que pratica atividades rurais com os seguintes pontos: não possua uma área maior de quatro módulos fiscais de acordo com a Lei nº 8.629 (1993), Art. 4º, II módulos fiscais, são parâmetros para classificação fundiária do imóvel, de um a quadro módulos, é classificado com pequena propriedade, a mão de obra empregada deve ser da própria família nas atividades econômicas e do estabelecimento ou empreendimento, tenha uma parcela da renda familiar originária de suas atividades rurais e que suas atividades rurais sejam dirigidas por sua família.

A Agricultura Familiar possui ainda, papel fundamental na contribuição para a regularização de preço dos alimentos e dos insumos necessários para a sua produção, contribuindo para o controle da inflação e aumento da competitividade industrial, uma vez que contribui para a redução nos custos da alimentação dos trabalhadores (OLIVEIRA 1995).

Por meio dos benefícios supracitados, a Agricultura Familiar transmite mais renda aos demais setores do país, em maior escala que outros setores de produção. Tal fato ocorre porque o agricultor familiar utiliza a remuneração mínima do seu trabalho e do seu patrimônio para decidir se permanece ou não na agricultura (OLIVEIRA, 1995).

Segundo Oliveira (1995), define a agricultura familiar como sendo aquela onde a gestão da unidade produtiva é feita por pessoas que mantêm entre si laços parentescos e casamento. A maior parte do trabalho é feito por membros da família e os meios de produção embora nem sempre a terra pertença à família.

O Governo Federal criou o Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), para estimular a produção agropecuária das famílias que exercem este tipo de agricultura. Esse programa oferece vários benefícios aos agricultores, desde créditos até a oportunidade de esses produtores familiares venderem os alimentos produzidos às prefeituras e órgãos públicos de todo o país, alimentos que são destinados à merenda escolar, presídios, etc. (MINATEL E BONGANHA, 2015)

2.2 COOPERATIVAS

O cooperativismo indica a ação de cooperar, assim, nota-se que é um movimento muito antigo e remonta os primórdios da sociedade, sendo que há e sempre houve uma tendência do



próprio ser humano a cooperar. O cooperativismo é algo tão natural que até mesmo os animais tendem a partilhar de sentimentos de ajuda mútua, solidariedade e cooperação (KLAES, 2005).

No entanto, existem autores que não concordam com o posicionamento acima, entendendo que o cooperativismo surge a partir da Revolução Industrial, no século XIX, sendo que o cooperativismo seria um fenômeno moderno decorrente da oposição operária e das consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX (KLAES 2005).

No Brasil, o início do cooperativismo foi em 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, fundou com um grupo de europeus, no Estado do Paraná, a Colônia Tereza Cristina organizada em bases cooperativas. Essa organização apesar do seu pouco tempo de existência contribuiu para a abrangência do cooperativismo no Brasil (BENATO, 2002, p.64).

No Brasil, o desenvolvimento de sociedades cooperativas tem como origem basicamente a região Nordeste. Elas foram implantadas e organizadas pelo Estado com o objetivo de controle social (GOMES, 2005).

Percebe-se que o cooperativismo desenvolveu-se ao longo do tempo se fortalecendo no cenário econômico e político do país, sendo que se constituiu em política nacional do cooperativismo (GOMES, 2005).

Assim, o cooperativismo se desenvolveu entre o século XVIII e XIX, originário da desordem entre o capitalismo e as condições de trabalho, mediante isso o movimento socialista introduziu as cooperativas em meio a sociedade, proporcionando a abertura também de associações, sindicatos e partidos políticos da classe trabalhadora (PINHO, 1966).

Deste modo, é importante destacar que a cooperativa nada mais é do que uma organização constituída por grupos de pessoas com a finalidade de desempenhar atividades em comum sendo que é regida por uma série de princípios para atingir sua finalidade principal. Atualmente existem diversos tipos de cooperativas, no entanto este estudo será limitado a compreensão das cooperativas agrárias ou agropecuárias (PINHO, 1996).

Deste modo, as cooperativas agrícolas estão constituídas por “sócios de diferentes partes, que cooperam, sobretudo, tendo em vista a distribuição e comercialização” (Dal Ri 1999, p.15).

As cooperativas agrárias ou agropecuárias são muito comuns no Brasil e tem como finalidade organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, dos produtores rurais, integrando-os e orientando-os em uma série de serviços (RECH, 2000).



Para Araújo (2010), além da necessidade de querer buscar mudanças, é necessário ter conhecimento, e uma visão sistemática do agronegócio. É indispensável à compreensão do agronegócio em uma visão sistemática que engloba os setores chamados “antes da porteira”, “dentro da porteira”.

Segundo Araújo (2010), o setor denominado “antes da porteira” é o setor formado por fornecedores de insumos e serviços, como as máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, sementes, tecnologia, financiamento. Já o setor denominado como “dentro da porteira” diz respeito às atividades desenvolvidas dentro das unidades agropecuárias. O autor ainda faz menção ao setor “após a porteira”, o qual seria as atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagem, distribuição, consumo de produtos alimentares, fibras e produtos energéticos provenientes da biomassa.

Os setores mencionados são de grande importância para compreender o agronegócio com uma visão de Sistema Agroindustrial, uma vez que as cooperativas estão se tornando necessários para fomentar o sistema agroindustrial brasileiro. Nesta linha, observa-se que os trabalhadores rurais com o intuito de conquistarem melhores resultados em sua atividade buscam se associar as cooperativas, vez que prosperar se torna mais fácil quando se tem ajuda mútua.

Assim, para o sucesso de uma cooperativa agrária, é necessário também a colaboração dos associados, para que coloque toda a sua produção e desta forma a cooperativa além de ter um bom volume de negócios, não tenha de sair a procura de produtos com terceiros, quando precisa atender a um compromisso de fornecimento (ARAÚJO, 2010).

Destaca-se que a maioria das cooperativas existentes no meio rural é mista, ou seja, funcionam tanto com setores de beneficiamento e industrialização, além do recebimento e colocação dos produtos entregues pelos sócios, sendo que em muitos casos também acabam por fornecer bens de consumo e insumos agropecuários (ARAÚJO, 2010).

A começar pelos negócios-fim, negócios principais ou internos, aqueles para os quais as cooperativas foram criadas, tal como a entrega dos produtos do sócio para a cooperativa, na cooperativa de produtores, ou a entrega de bens aos sócios por parte da cooperativa de consumo. Seguindo pelos negócios-meios, negócios essenciais ou externos, aqueles necessários para a realização dos negócios-fim, tal como a venda ao mercado dos bens produzidos pelos sócios, numa cooperativa de produtores, ou a aquisição de bens no mercado pela cooperativa de consumo, para fornecimento aos sócios. Prosseguindo pelos negócios auxiliares, necessários para que a cooperativa opere como instituição, tal como a contratação de empregados ou a locação de imóvel



para uso. E concluindo pelos negócios secundários, ou supérfluos ou acessórios, desnecessários ao funcionamento da sociedade, mas úteis, tal como a venda de bens imprestáveis ou máquinas obsoletas (VIEIRA, 2004).

A diferença essencial entre associações e cooperativas está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses da classe, resumidamente; as cooperativas têm finalidade de prestar serviços e gerar renda ao produtor, através da colocação de seu produto no mercado consumidor final. As cooperativas são entidades jurídicas, empresas que não só podem realizar as mesmas tarefas e funções desempenhadas pelas associações, mas também exercem um importante papel social e econômico. São empresas cuja administração é coletiva, com princípios baseados na democracia. Como atribuição de uma cooperativa, podemos citar o fomento da própria atividade rural, através do crédito ao produtor, que pode ser viabilizado com capital da própria entidade ou com crédito governamental, recebido e repassado aos cooperados, em condições atrativas e viáveis para os negócios do campo (MINATEL E BONGANHA, 2015).

De acordo com Araújo (2010), o Cooperativismo é baseado em sete princípios, que são as linhas orientadoras, por meio das quais as cooperativas transmitem e seguem seus valores. Os sete princípios utilizam como base o arco-íris e suas respectivas cores, e como consequência, posteriormente, se tornou o símbolo o Cooperativismo. São eles:

- **Adesão Livre:** Qualquer pessoa, independentemente de sexo, gênero, classe social, racial, religiosa ou política, ou seja, sem discriminação, estão habilitadas a utilizar os serviços e adquirir as responsabilidades como membros de uma cooperativa, principalmente por serem organizações voluntárias (SEBRAE, 2016).

Tal afirmação determina que qualquer pessoa envolta a sociedade, possui o livre acesso para que comece a cooperar, e que a manifestação de adesão cabe ao próprio interessado, sem a possibilidade de que alguém possa ser compelido a ingressar ou permanecer na sociedade. Este princípio está interligado com os valores de liberdade e igualdade (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

- **Gestão Democrática:** As cooperativas possuem características democráticas, onde os membros são os controladores, e são os responsáveis pela tomada de decisões e a formulação de políticas internas, aqueles eleitos, como representantes, se tornam os responsáveis pelos demais membros. As cooperativas classificadas em primeiro grau proporcionam aos membros um voto apenas, bem como as cooperativas de grau superior

(SEBRAE, 2016). O segundo princípio demonstra que a cooperativa deve agir e guiar-se pelos princípios próprios da democracia, enfatizando a participação responsável dos membros envolvidos, constituindo direitos e deveres, desta forma o associado passa a votar e a ser votado.

Para o sucesso da cooperativa e do cooperado é de suma importância que cada associado participe e busque o crescimento (BRASIL COOPERATIVO, 2016). Visando o regime democrático, as decisões tomadas em uma cooperativa devem ser por maioria, mediante assembleia geral, com fórum principal, escolhendo alguns para representar a todos, mediante as responsabilidades estipuladas em Lei e no Estatuto da cooperativa. Este princípio remete aos valores da democracia, da igualdade, da transparência e da responsabilidade (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

- **Participação Econômica:** Cada cooperado irá contribuir conforme a parte que lhe cabe para a cooperativa em forma de capital. No entanto, o capital investido é parte comum da cooperativa. Após a integralização de capital, os membros cooperativos irão receber habitualmente, uma remuneração sobre a quantia que foi integralizada (SEBRAE, 2016).

Havendo sobras, ou excedentes, após assembleia democrática, os membros representantes da cooperativa, irão decidir se este valor será investido em desenvolvimento da cooperativa, formação de reservas ou se haverá retorno aos sócios (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

Este princípio remete que a cooperativa deve ser fundada por meio de capital social e reservas, desta maneira é dever do associado, como contrapartida aos benefícios operacionais e associativos que colherá, contribuir para a formação do patrimônio da cooperativa (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

Mediante sua participação econômica, o associado, será recompensado, por meio de qualidade no atendimento, remuneração de suas quotas partes de capital e distribuição do resultado proporcionalmente às operações. Este princípio evidencia os valores da responsabilidade e da solidariedade (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

As sobras obtidas pelos sócios são destinadas ao desenvolvimento de suas cooperativas, com o objetivo de formação de reservas para a própria cooperativa, que não serão divididas, sendo constituídos como fundo de reserva, manutenção de outras atividades consagradas pela cooperativa, fornecer benefícios aos associados mediante suas participações na cooperativa (SEBRAE, 2016).

- **Autonomia e Independência:** Cada cooperativa deve possuir sua autonomia, com controle dos membros eleitos. Havendo casos em que haja acordos com outras instituições e



organizações, necessitando de capital de terceiros, devem assegurar a todos os membros os seus direitos democráticos, garantindo a autonomia e independência da cooperativa (SEBRAE, 2016).

O ato cooperativo deve ser autônomo e independente, ou seja, qualquer tratativa negocial ou iniciativa que envolva a participação de pessoas, entidades ou órgãos externos não pode afetar o controle (democrático) pelos próprios associados, imputar-lhes prejuízo ou tratamento injusto e nem implicar privilégios ou favores aos administradores ou executivos das cooperativas. Este princípio está ligado a valores da democracia, transparência e honestidade (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

- **Educação, Formação e Informação:** Para que todos os membros, tanto representantes quanto trabalhadores, tenham cada vez mais conhecimento, as cooperativas incentivam a educação, formação e informação de todos os envolvidos, de maneira que estes passem a contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento das organizações cooperativas. Proporcionando ao público geral e a todos os interessados, informações sobre as vantagens da cooperativa, bem como a natureza de suas operações (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

As cooperativas proporcionam aos sócios, representantes eleitos, empregados e administradores, educação e treinamento, para que venham a contribuir ao crescimento da própria cooperativa (SEBRAE, 2016).

- **Intercooperação:** As cooperativas devem possuir intercooperação, proporcionando mais força ao movimento cooperativo, utilizando todas as esferas de estruturas, ou seja, locais, regionais, nacionais e internacionais (SEBRAE, 2016).

A intercooperação auxilia as cooperativas no processo de manutenção dos mercados, resultante da cooperação entre as cooperativas, e de grande cooperação entre todos os membros pertencentes, pois trabalhando em conjunto as cooperativas proporcionam mais força aos seus membros em todos os polos (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

- **Interesse pela Comunidade:** As cooperativas trabalham visando o desenvolvimento e sustentabilidade da comunidade em que está inserida, por meio de projetos desenvolvidos pelos membros da mesma, visando e enfatizando o princípio da responsabilidade socioambiental (SEBRAE, 2016).

Com os olhos voltados a comunidade, as cooperativas buscam soluções sustentáveis, tanto econômicos, quanto social e ambiental, reprimindo em todos os sentidos a exploração mercantil e comercial em prol da sociedade. Enfatizando desta forma, uma das características mais influentes



das cooperativas que é não visar lucros, onde suas atividades são voltadas ao bem social e crescimento igualitário (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

3. METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza descritiva, uma vez que descreve as características do objeto de estudo estabelecendo relações entre elas. A pesquisa será envolvida por estudos de caso que, segundo Gil (1999,), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

A elaboração do trabalho foi feita através de pesquisa bibliográfica, com base em livros, revistas e dissertações relacionados com o assunto. Para conseguir entender melhor o processo, será desenvolvida uma pesquisa de campo, com o escopo de aprofundar o a percepção sobre a realidade do objeto a ser estudado através de entrevistas. De acordo com

Este estudo se classifica como pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2002, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”.

De acordo com Yin (2000, p.32), o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ainda, Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definido”. Yin (2001) enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados.

A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas com agricultores familiares, em uma cidade na Mesorregião do Oeste do Paraná, onde a cooperativa mais próxima está localizada a 60 quilômetros de distância.

A abordagem deste trabalho é realizada pelo método qualitativa, pois para Minayo (2003, p. 16-18) é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o



universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2017, com 30 agricultores que moram em uma Cidade da Mesorregião do Oeste do Paraná. São pequenas propriedades rurais, que possuem de 3 a 8 alqueires de terra. A principal fonte de renda, de acordo com a pesquisa, é a produção leiteira, e a mão de obra utilizada nas propriedades é familiar.

As propriedades possuem em geral apenas uma casa, além de um barracão onde são ordenhadas as vacas, e em volta da propriedade tem as pastagens que são utilizadas na alimentação dos animais.

Observou-se que apesar da produção de leite ser considerada a mais importante para as famílias, algumas delas fazem produção diversificada, exemplo: milho, soja, mandioca, verduras, legumes, entre outros.

Os entrevistados relataram que a agricultura familiar exige muito de todos, pois o trabalho é feito somente pelos familiares, e todos precisam cumprir suas atividades para que a produção não seja prejudicada. Segundo o entrevistado A: *“moro aqui desde que nasci, e quanto mais o tempo passa, mais difícil fica a vida no campo, as leis mudam a todo o momento e sem estudo fica ainda mais complicado, mas minha família me apoia e ajuda nas tarefas do dia”*.

Quando questionados sobre a renda mensal, obteve-se uma média de R\$ 2.000,00 em relação a produção de leite e derivados. No entanto, como alguns produzem produtos - diversificados a renda familiar oscila para estes.

De acordo com o entrevistado B: *“levanto cedo para cuidar da roça, tratar os animais, ordenhar a vaca e conto com a ajuda da minha família para isso, além de cuidar da horta para que os alimentos estejam bons pra consumo, pois é de onde nos alimentamos e conseguimos parte da renda”*.

Já em relação ao cooperativismo, os agricultores relatam que fazem parte de uma associação em que eles conseguem pequenas ofertas em relação ao preço de maquinários, pois a renda familiar mensal obtida não permite a compra dos mesmos. Segundo eles, uma cooperativa que atendesse a todos seria uma forma de ajuda-los a aumentar a produção, ter acesso aos maquinários necessários para melhorar e acelerar a produção, além de colaborar para a compra de bens. Os pequenos



produtores afirmam que a cooperativa os ajudaria na parte de comercialização dos produtos, aumentando assim sua renda familiar mensal.

Nas palavras do entrevistado C: *“hoje eu não consigo pagar para alguém me passar informações sobre como melhorar a minha produção e também não tenho estudo para aprender e especializar no assunto, se eu fosse cooperado teria toda a assistência quando precisasse e também toda a informação necessária para que os meus produtos tivessem maior qualidade”*.

Os agricultores familiares disseram que os agricultores cooperados reclamam sobre o valor que é repassado para eles em relação às vendas, mas mesmo assim acreditam que sendo cooperados teriam maior produção, logo venderiam mais produtos e diante disso o valor arrecadado seria maior do que se continuassem a venda de forma individual.

A falta de uma cooperativa que atenda a esses pequenos produtores traz retardamento no crescimento local, afetando a região em todos os seus sistemas, sendo o econômico o maior afetado.

Diante disso, é de suma importância e necessário para o desenvolvimento local que próximo a estes agricultores exista uma cooperativa, que auxilie na venda e na produção dos alimentos, possibilitando um aumento nas suas atividades no campo e na renda mensal.

A inexistência do cooperativismo faz com que as famílias produzam menos, tendo assim pouco retorno sobre o que é produzido. Acredita-se, que esses pequenos produtores devem continuar em suas propriedades, pois influenciam positivamente no desenvolvimento da região. No entanto, devem-se analisar todas as alternativas encontradas para que os pequenos produtores tenham aumento na produção e na comercialização dos produtos, fazendo com que as atividades no campo continuem e cada vez melhor.

Uma alternativa para as dificuldades encontradas seria a união dos próprios agricultores que moram ali para fundar uma cooperativa que iria auxiliá-los no crescimento da produção e aumento da renda, uma vez unindo esforços e projetos, se tornariam grandes produtores. A união dos agricultores familiares proporciona a facilidade em trâmites de negócios, maiores demandas do mercado, e possibilita rendimentos mais satisfatórios.

A constituição de uma cooperativa se dá por meio de confecção de estatuto, ata de assembleia geral devidamente registrada e seguir os requisitos mediante a Receita Federal do Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Através deste artigo foi possível analisar a visão dos próprios agricultores familiares sobre as cooperativas, e como a falta delas influenciam no seu trabalho, em uma cidade na Mesorregião do Oeste do Paraná.

Para tanto, foi evidenciado as características e benefícios trazidos pelas cooperativas.

Os benefícios gerados pelas cooperativas para a agricultura familiar deu-se por fundamentação teórica e também pelos relatos dos entrevistados.

Por meio desta pesquisa, foram mostrados os procedimentos de uma cooperativa e como principal norteador foi realizado a entrevista com 30 agricultores familiares, para compreender qual a visão dos agricultores sobre as cooperativas, quais as mudanças elas podem trazer para a vida, renda e produção destas famílias.

Conclui-se que a inserção de uma cooperativa é de suma importância e necessidade, pois aumentaria a produção, gerando maior renda as famílias e criando oportunidades aos agricultores.

Desta forma, visando um retorno maior da renda devido ao aumento da produção e desenvolvimento local, os agricultores devem procurar alguma cooperativa interessada em instalar-se, e que talvez não tenha conhecimento do volume de possíveis cooperados que residem na região, ou outra solução seria os próprios agricultores unir-se e formar uma cooperativa, devido as grandes benefícios oferecidos pela mesma.

REFERÊNCIAS

AGRONEGÓCIOS: **A importância do cooperativismo e da agricultura familiar.** Disponível em: < <http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/empreendedorismo/volume4/13.pdf> >. Acesso em 07 out 2017.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais.** São Paulo: Ed. Pioneira Thomson Learning, 2004.

ARAÚJO, J. Massilon. **Fundamentos de agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Fundamentos de agronegócios.** 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica Teoria e Prática.** Belo Horizonte: Ed. Axcel Books, 2003.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#2>. Acesso em: 15 set. 2017.

BENATO AZOLIN, João Vitorino. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: OCESP – SESCOOP, p. 192. 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 1, p. 119-138, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, Brasília 24 de Julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 15 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de Fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Diário Oficial da União, Brasília 25 de Fevereiro de 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em 14 set 2017.

BRASIL COOPERATIVO. **Sete linhas orientam o cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>> Acesso em: 12 set 2017.

COOK, M. L. e CHADDAD, F. R. Redesigning Cooperative Boundaries: the emergence of new models. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 86, n. 5, p. 1249-1253, 2004.

DAL RI, Neusa Maria e VIEITEZ, Candido Giraldez. **A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil**. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.) *A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1996.

GOMES, A.J. **Origem e Evolução do Cooperativismo no Mundo e no Brasil e sua Contribuição para Constituir Segmento Educacional Brasileiro**. In *Linguagens, Educação e Sociedade*. Teresina, PI; n. 12, p. 13-25.2005.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> Acessado em 23 set 2017.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distancia**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **De modo Capitalista de Produção e a Agricultura**, São Paulo: Ática, 1995.

PINHO, D. B. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: Dessa, 1966.



RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEBRAE. **Os princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-principios-do-cooperativismo,73af438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 16 set 2017.

VIEIRA, Jose Roberto. **Prefácio - Tributação das Cooperativas: Dos preceitos ao conceito, um itinerário Voltaireano**. in PRADO, Flavio Augusto Dumont. **Tributação das cooperativas à Luz do Direito Cooperativo**. Curitiba: Juruá, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.